



OS PRINCIPAIS SEGREDOS DA CONTINUIDADE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PASTO COLÔMBIA

*Fredy Alexis Rivera Angel*¹

*Lígia Terezinha Lopes Simonian*²

Eixo Temático 1: Gestão Pública, Transparência e Desenvolvimento

RESUMO

Se pretende, neste artigo, analisar a dinâmica do Orçamento Participativo (OP) de Pasto, o mais antigo de Colômbia, para aprofundar em alguns dos principais fatores que contribuem no alcance de exercícios contínuos e consistentes de OP, por meio da auscultação das principais razões que fizeram que o processo de Pasto alcançasse sua permanência ao longo do tempo. Método: Foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, assim como a aplicação de entrevistas aos principais atores. Resultados: O segredo da continuidade da prática participativa em Pasto passa por ter bons stocks de capital social, pela existência, nas últimas décadas do século passado, de ambiciosos processos de mobilização social, pela realização de um exercício de democracia direta, stricto sensu e pela inexistência de barreiras fortes à participação. Conclusões: Estes resultados ajudam a entender quais variáveis são necessárias para que a continuidade dos processos participativos seja alcançada, e como estimular sua presença nos exercícios de participação cidadã; o que pode servir de inspiração e balizamento de muitos processos.

Palavras-chave: Orçamento Participativo. Participação Cidadã. Capital Social. Movimentos Sociais. Empoderamento Cidadão.

1. INTRODUÇÃO

Os processos de orçamento participativo (OP) da Colômbia têm como primeira experiência a cidade de Pasto³. Data do ano de 1995, no mandato do prefeito municipal, Antonio Navarro Wolf,⁴ ex-guerrilheiro do Movimento 19 de abril⁵. Navarro é um dos autores principais da

¹Administrador de Empresas, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA-UFPA, Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA-UFPA. E-mail: fredyalexis@gmail.com

²Mestre em Antropologia Social na UFRJ, Doutora e Pós-doutora em Antropologia pela City University of New York, Professora titular no NAEA-UFPA. E-mail: simonianl@gmail.com

³O município de San Juan de Pasto é a capital do Departamento de Nariño e está localizado ao sudoeste da Colômbia, no meio da cordilheira dos Andes. Esta cidade se encontra a uma distância aproximada de 798 km de Bogotá, tem uma altitude ao nível do mar de 2.599 metros, e sua temperatura média é de 13,3 graus centígrados. A extensão do município é de 1.131 km², dos quais correspondem à área urbana 26,4 km² (2,3%), e 1.104,6 km² (97,7%) à área rural. Segundo as projeções de população do Departamento Nacional de Estatística (DANE), a população de Pasto foi de 439.993 habitantes, no ano de 2015, dos quais 365.651 habitantes (83,1%) moravam na área urbana e os 74.332 habitantes restantes (16,9%) moravam na área rural (RIVERA, 2018, p. 32-33).

⁴Navarro teve, posteriormente, a oportunidade de implementar o OP a uma escala maior como governador do Departamento de Nariño no período 2008-2011 (ERAZO, 2014).

⁵O Movimento M-19 de abril (M-19) foi um movimento guerrilheiro colombiano que surgiu depois da fraude presumida das eleições presidenciais do dia 19 de abril de 1970 (VILLAMIZAR, 1997, apud RIVERO, 2016). Sua desmobilização ocorreu em 1990 e passou a ser um movimento político de centro-esquerda conhecido como Alianza Democrática M-19, que posteriormente desapareceu a meados da década de noventa do século anterior.



atual Constituição da Colômbia e, também, um dos principais defensores da democracia participativa, como participante na Assembleia Nacional Constituinte – órgão que fora encarregado da construção da Constituição vigente.

O processo participativo de Pasto tem uma continuidade maior do que vinte anos (com altos e baixos). Isso devido à importância de uma figura denominada os cabildos. Seus fundamentos remontam à época colonial, e com a particularidade de ser democracia direta, *stricto sensu*, sem a figura de conselheiros nem delegados.

A problemática do presente trabalho foi definida a partir da necessidade de se encontrar modos para superar os obstáculos principais que impedem a viabilidade e sustentabilidade dos OP na América Latina. Isto, para que não estejam sujeitos a nomes específicos de políticos, ou à oportunidade de que um determinado partido político chegue ao poder.

Um dos problemas principais que os OP têm que superar – uma vez utilizados por um curto período de tempo (que normalmente é de quatro anos) – é a mudança de governo. Quando ocorre a mudança de prefeitos, estes processos participativos são descontinuados, convertendo-se em cavalo de batalha em época eleitoral, por parte de seus mandatários, para procurar um segundo período de governo, ou para que um colega de partido continue seu legado. A estratégia do argumento é de que caso não seja eleito determinado candidato, o exercício de OP será descontinuado, como na realidade sucede, quando não acontece essa reeleição.

A questão central desta pesquisa é: como e, por quê, o exercício de OP de Pasto Colômbia tem logrado uma continuidade maior do que vinte anos, passando por pontos altos e baixos, apresentando mudanças diversas de governo? Ainda, qual é o segredo da experiência participativa pastusa? E como objetivos específicos, tinham-se a análise das implicações de se fazer OP somente em democracia direta, *stricto sensu*, avaliar os graus de participação popular alcançados pelo processo de OP de Pasto, e avaliar os níveis de consistência alcançados no processo desenvolvido.

Com base nos objetivos formulados, as hipóteses norteadoras da pesquisa foram as seguintes: na Colômbia, o processo de OP de Pasto tem extrapolado vários governos; isso porque apresenta graus maiores de abertura à participação democrática e porque conta com a presença de movimentos sociais que chegaram ao poder em quase todos os governos; também, porque conta com a existência de um estoque bom de capital social na cidade, e com a utilização de democracia direta, *stricto sensu*, no processo.

O processo de OP de Pasto permaneceu por vários governos, porque foi apropriado e potencializado fortemente pela comunidade da cidade em geral, sem possibilidade de desmonte do processo pelos altos custos políticos que traria. A presença de consistentes movimentos sociais, e de bons estoques de capital social, permite alcançar a potenciação cidadã (ou *empowerment*) e, portanto, a viabilidade e a continuidade destes exercícios ao longo do tempo. O exercício do OP de Pasto foi favorecido pela presença de movimentos sociais que se converteram em movimentos políticos e, assim, chegaram ao poder na prefeitura.

Navarro trás o assassinato de seu máximo dirigente, Carlos Pizarro, ocorrido 40 dias depois da assinatura do acordo de paz em 1990, e assumiu a direção do movimento (RIVERO, 2016).

2. CONCEITOS PRINCIPAIS

2.1- Concepção hegemônica e contra hegemônica de democracia

Para Avritzer (2002), a democracia tornou-se, nos últimos 100 anos, a forma padrão de organização da dominação política no interior da modernidade ocidental. Ainda, ele lembrou que Rousseau (1968 apud AVRITZER, 2002, p. 564) havia advertido desde fins do século XVIII que “[...] A soberania não pode ser representada pela mesma razão que ela não pode ser alienada [...]” que “[...] Toda lei que o povo não ratificou pessoalmente é nula [...]” e que o povo “[...] ele apenas é livre no dia da eleição dos seus representantes”.

As palavras de Rousseau foram esquecidas, contra as quais a modernidade ocidental argumentou que a emergência de modalidades complexas de administração estatal precisava de consolidação de burocracias especializadas na maior parte dos campos conduzidos pelo Estado moderno, construindo novos conceitos de democracia. Ainda para Avritzer (2002), essa suposta complexidade foi o que levou à concepção weberiana do início do século XX. Para esta, uma burocracia especializada estaria mais preparada do que o indivíduo comum, para atuar nas áreas política, administrativa, militar e científica; o indivíduo moderno passou a ser controlado, por uma burocracia hierárquica e especializada.

Posteriormente, do lado hegemônico tem-se a posição de Schumpeter, quem tem “[...] uma preocupação procedimental, com as regras para a tomada de decisão e a transforma em um método para a constituição de governos” (SANTOS, 2002, p. 45). Segundo Santos e Avritzer (2002), Bobbio (1986) dá o passo seguinte ao transformar o procedimentalismo de regras (por exemplo, para a formação de maiorias) para a formação do governo representativo, transportando-nos a concepção hegemônica, de o pluralismo valorativo a redução da soberania.

Outro fator identificado por Santos e Avritzer (2002), como constituinte da concepção hegemônica de democracia, é a percepção de que a representatividade constitui a única solução possível nas democracias de grande escala para o problema da autorização. Com destaque para os postulados de Dahl (1998, p. 110, apud SANTOS 2002, p. 48), que propôs que quanto maior for uma unidade democrática, “[...] maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes [...]”. Ficam, assim, justificados a representação e o modelo democrático hegemônico atual.

Pelo lado da concepção contra-hegemônica, Santos e Avritzer (2002, p. 52), destacam o aporte de Habermas (1995), que ampliou o procedimentalismo reintroduzindo a dimensão social. Para Habermas (1995), a esfera pública é um espaço no qual, indivíduos podem problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada. Habermas (1995) postula um princípio de deliberação ampla, e coloca no interior da discussão democrática um procedimentalismo social e participativo.

Nessa mesma abordagem, Bohman (2016) diz que a democracia deliberativa é qualquer concepção entre um conjunto de perspectivas, de acordo com as quais a deliberação pública entre cidadãos livres e iguais constitui o núcleo da tomada legítima de decisões e de autogoverno. Desta maneira, encontram-se concepções hegemônicas que dão primazia à democracia representativa, e concepções não hegemônicas, ou contra-hegemônicas, que estabelecem as bases da democracia participativa e deliberativa na organização do poder político das sociedades.

Baseados nas concepções hegemônicas de democracia foram criados os modelos respectivos, os quais foram questionados até por Foucault (1972) em seu celebre debate com Chomsky. Ele afirmou que a sociedade atual está longe de ser democrática, porque a democracia pressupõe “[...] o exercício efetivo do poder por uma população não dividida nem ordenada hierarquicamente em classes [...]”. Por sua vez, Santos (2002, p. 32), em suas críticas ao modelo em discussão, assevera que:

O modelo hegemônico de democracia (democracia liberal, representativa), apesar de globalmente triunfante, não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social. [...].

Santos, M. (1987, p. 12) também apresenta críticas fortes nesse sentido ao expressar que “Má há cidadania e cidadania. Nos países subdesenvolvidos de um modo geral há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são [...]”. Ainda o mesmo Santos (1987, p. 13) assinala como responsáveis o modelo neoliberal hegemônico e o capitalismo dominante onde “[...] Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”.

Uma das preocupações principais de B. Santos (2002) em seus trabalhos é contribuir para a renovação das ciências sociais e para a reinvenção da emancipação social. “Os dois objetivos são de fato um só: a renovação científica que pretendemos não tem outro objetivo senão o de reinventar a emancipação social” (SANTOS, 2002, p. 18). A respeito da emancipação social, B. dos Santos (2002, p. 27) assevera “[...] que só haverá emancipação social na medida em que houver resistência a todas as formas de poder. A hegemonia é feita de todas elas e só pode ser combatida se todas forem simultaneamente combatidas. [...]”.

Sobre o objeto de estudo – os orçamentos participativos – é bom dizer que são um invento brasileiro com quase 50 anos de existência. A começar por Lages (SC), como a primeira experiência no final dos anos de 1970, do século 20, e que se pode colocar dentro do contra movimento. Santos (2007) denomina este de cosmopolitismo subalterno, e que são conhecimentos produzidos desde o universo “[...] do outro lado da linha. [...]” (SANTOS 2007, p. 3), desde a semiperiferia mundial.

3. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, se faz ainda uma abordagem interdisciplinar, através do que chamou Raynaut (2014) de etapas da pedagogia interdisciplinar, ou seja, abrindo as mentes e baixando as barreiras intelectuais, favorecendo uma convergência de olhares, e proporcionando a aprendizagem de práticas e instrumentos concretos. A pesquisa é uma pesquisa qualitativa, do tipo explicativa, sendo que Günther (2006, p. 202) ressalta “[...] a primazia da compreensão como princípio do conhecimento, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis [...]”.

Como método de procedimento, se utilizou o estudo de caso, “[...] delimitado como a coleta e análise de dados sobre um exemplo individual para definir um fenômeno mais amplo (VOGT, 1993) podem-se coletar e analisar tanto dados quantitativos quanto qualitativos. [...]” (GÜNTHER, 2006, p. 205). Para se concretizar esta proposta, a partir de Simonian (2005) e de Yin (2015), trabalhou-se com pesquisa de campo e com entrevistas a gestores, ex-gestores e a outras lideranças.

A importância estava centrada em encontrar razões que ajudaram a explicar como e por que os processos de participação cidadã algumas vezes alcançam a continuidade; também, por que na maioria dos casos termina, especialmente por que determinado partido deixa o poder. Foram entrevistados três gestores de administrações anteriores (um do período 1995-1997, dois no lapso 2001-2011 onde se teve uma reeleição do prefeito), três gestores atuais, e mais seis lideranças cívicas.

4. RESULTADOS

4.1- O Capital social: Uma das razões da continuidade de OP em Pasto

Autores como Andrade (2012) acreditam que, sem dúvida, os exercícios de OP de Pasto tem uma relação estreita com sua identidade cultural, em especial a herdada pelas comunidades indígenas Pastos e Quillasingas. Dentre as tradições e costumes que têm sobrevivido desde a época pré-hispânica até o dia de hoje, recebe muita importância a das mingas.

“Minka” é a palavra quechua que significa trabalho agrícola coletivo em benefício geral da tribo. Era a expressão mais representativa de nossas comunidades indígenas e que ha permanecido como legado cultural e de democracia participativa até nossos dias (ANDRADE, 2012, p. 5, tradução do Fredy Alexis Rivera Angel).

Esse capital social de Pasto tem uma longa história, que vem desde sua tradição indígena antes da chegada dos mesmos espanhóis a seus territórios, da qual sobrevivem algumas tradições, como a da minga. Erazo (2002) argumenta que a tradição cívica da sociedade pastusa é, sem dúvida, um dos fatores que têm contribuído de maneira significativa a incubar esta experiência exitosa de OP até o momento. Ele afirma que a manifestação mais evidente desta tradição se expressa na minga, antes de tudo vigente no setor rural e nos setores populares de Pasto. Recebe especial destaque – dentro do povo pastuso – a população indígena e camponesa, onde é mais arraigada a reciprocidade e a costume das mingas.

Gutiérrez (2012) demonstrou que a pesar da tragédia terrível e prolongada que viveram os povos andinos na época colonial esta não foi suficiente para destruir totalmente o substrato étnico e cultural que foi mantido graças à mestiçagem e ao sincretismo. Precisamente, dentro desse substrato étnico e cultural mantido no município de Pasto se encontra a minga.

Na mente de alguns autores, bem como de várias lideranças cívicas, acadêmicas, funcionários e ex-funcionários públicos, e a comunidade em geral está posto que sem dúvida a existência das mingas tenha relação com o êxito do processo. Mas nenhum deles sustenta teoricamente que as mingas são capital social, e muito menos demonstraram que o capital social permite o empowerment cidadão, e que isto é o que permite realmente a continuidade do processo.

4.2- Os movimentos sociais: a outra razão da continuidade da participação em Pasto

Evidentemente, outro tema a ser abordado aqui, por sua importância na tarefa de desvendar os mistérios da continuidade do OP de Pasto, é o dos movimentos sociais e os movimentos políticos. Em Pasto, além da boa reserva de capital social, outro fator de vital importância ha sido o papel desempenhado pelos movimentos sociais, os quais – além de promover a participação – há ajudado na construção de mais empoderamento. Ventura (2007) explica as cinco opções dos movimentos sociais para competir pelo poder segundo Hangan (1998), que são: articulação, permeabilidade, aliança, independência e transformação.

A última opção proposta e explicada por Hangan (1998) é a “transformação” e, neste caso, os movimentos sociais se convertem em partidos políticos. Os movimentos sociais em Nariño não lograram chegar ao governo departamental em cinco períodos consecutivos dando mostras de uma grande vitalidade. No caso municipal de Pasto, nas últimas sete eleições, se pode dizer, que em cinco oportunidades propostas alternativas dos movimentos populares diretamente, ou por meio de alianças com outros movimentos, tem conduzido os destinos à cidade.

Assim, surge uma tradição ampla dos movimentos alternativos no poder desde o surgimento das eleições populares de cidadãos; e desse modo, rompeu-se a hegemonia dos dois partidos políticos tradicionais (Liberal e Conservador). Segundo Velasco (2004), no Departamento de Nariño se geraram, como noutras partes da Colômbia, movimentos provocados por diferentes necessidades ou problemáticas. Este autor coloca especial ênfase no abandono estatal, do qual sempre foi vítima o Departamento de Nariño, o que tem sido assim desde épocas remotas, especialmente por sua localização geográfica no sul da Colômbia, distante da capital.

Esta mesma situação é manifestada por Cabrera (2017), que defende que:

[...] o Departamento de Nariño [...] há sido sempre una zona marginalizada. Na Colômbia, [...], há um centralismo e todos os investimentos [nacionais] de porte grande se concentram em quatro ou cinco cidades, então estas zonas têm sido como uma zona marginal ou marginalizadas quando falo de investimento nacional, da infraestrutura etc. Então, historicamente por essa marginalização têm surgido movimentos sociais que revelam como modos de protestar para o investimento nacional, bom, pois tem há ver como uma tradição de movimentos sociais de protesto, ou seja, que há um acúmulo [...] (entrevista, tradução de Fredy Alexis Rivera Angel).

Um papel de protagonismo tem sido exercido, na história de Nariño, os professores de ensino fundamental e médio na promoção de movimentos locais e/ou movimentos nacionais dentro do Departamento. Por meio destes movimentos sociais, especialmente daqueles da década de oitenta do século passado, logrou-se incidir positivamente na dinâmica política, social, cultural e reivindicatória do Departamento de Nariño.

O Sindicato de Magistério de Nariño (SIMANA) criado em 1951 exerceu um papel transcendental na década de oitenta do século passado na promoção destes três movimentos, que nasceram praticamente ao mesmo tempo. Tais movimentos, especialmente “Inconformes” são, como se observa em Simana (2016, p. 192, tradução do autor), “[...] uma expressão da ampliação da perspectiva política do magistério nariñense durante os anos oitenta, e um dos melhores exemplos de um período em que o Sindicato do Magistério de Nariño se consolida como um ator político decisivo da região. [...]”.

É que no Departamento de Nariño, um destaque muito importante dentro dos movimentos sociais foi o papel assumido pelo movimento popular “Los inconformes”, como bem o ressalta o pesquisador e sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1989).

[...] Este movimento, o mais importante de uma dezena de forças similares que há surgido nas regiões colombianas [...], ha demostrado na prática como avançar do micro para o macro, das bases para arriba, desde as periferias para os centros, e vice-versa, para conformar redes, coordenações e outros organismos de contrapoder popular (FALS BORDA, 1989, s.p., tradução de Fredy Alexis Rivera Angel).

No referente à identificação dos “Inconformes”, estes eram toda uma “gama de cores” (FRANCISCO BRAVO, entrevista apud SIMANA, 2016), referindo-se a uma pluralidade de atores convidados. Em sua composição, contava – além do magistério de Nariño – com a



presença protagonista de outros setores sociais, como as centrais obreiras, as organizações estudantis e gremiais e setores da igreja católica que impulsionavam a Teologia da Liberação.

É possível dizer que havia uma conjugação de ideias de esquerda, e ideias religiosas, que defendiam um trabalho político em favor dos mais pobres e necessitados. Dentro de “Los Inconformes”, tem especial destaque o padre Luis Antonio Gallardo, um líder religioso e social, fundador de várias obras de trabalho social e grande promotor de paz no Departamento de Nariño. Esta liderança religiosa tem feito, em diferentes momentos, parte de alianças de movimentos sociais no caminho ao poder local, ou regional, inclusive desistindo de colocar seu nome nas candidaturas, apesar de ser considerada a melhor opção dentro do movimento.

Considera SIMANA (2016), que personagens como o Padre Gallardo imprimiram a Inconformes um carimbo em favor do trabalho pelos mais necessitados; “[...] aspecto que incluso se considera marcou o desenvolvimento dos governos alternativos que se sucederam em anos posteriores no Departamento. [...]” (p. 196, tradução do autor). O professor Jaime Rodriguez diz que “Inconformes” procurou construir sua proposta programática, organizativa e de mobilização, apoiando-se num corpus ideológico de esquerda com carimbo nariñense, no que eles chamaram como uma luta pelos intangíveis; precisamente:

[...] era entender coisas que não são fáceis, que lhe devemos respeito às **concepções culturais** e que tem que **valorizar muito o comunitário acima do individual, a minga antes que o individualismo** promovido pela filosofia neoliberal e por sua competitividade. [...], procurando **despertar o sentido de pertença, a construção de identidades e o fomento do apego ao território, a suas necessidades, suas reclamações e suas potencialidades**; se tratava de “**investir em intangíveis**” [...] (JAIME RODRÍGUEZ, entrevista apud SIMANA, 2016, p. 201, negrito e tradução dos autores).

Fica claro, aqui, como se trabalhava na construção de mais capital social por meio das ações do movimento, isso para alcançar o empoderamento dos cidadãos via mineração e a arqueologia do capital social (DURSTON, 2000).

O capital social comunitário é construtível. Portanto, o marco teórico do capital social pode servir para enriquecer uma política pública de “empoderamento” de sectores sociais excluídos e de extrema pobreza. Uma política de empoderamento deve promover a “mineração” e a “arqueologia” do capital social. A mineração involucra a busca de depósitos dos precursores do capital social que ainda não são transformados em isso. A arqueologia, em cambio, implica a busca de capital social enterrado e conservado na memoria histórica dos grupos, que existiu no passado mas foi debilitado por rivalidades internas ou reprimido por forças externas. [...] (DURSTON, 2000, p. 37, tradução de Fredy Alexis Rivera Angel).

Segundo SIMANA (2016, p. 204, trad. de Fredy Alexis Rivera Angel) “Para Inconformes, a educação tinha um lugar nodal em seu desenvolvimento político, não como mera expressão de um dos setores que o constituíam, senão como aspiração que ajudaria Nariño e Colômbia superarem seus problemas sociais graves”.

5. DISCUSSÃO

A minga faz parte de um capital democrático que tem a cidade de Pasto, ou seja, da acumulação de ativos sociais e cívicos que resultam de processos de consolidação de aprendizagens de um território, de sua experiência histórica e de seus territórios vizinhos (HERNÁNDEZ, 2006). Este autor afirma que quando o estoque de capital democrático é

abundante, os cidadãos são mais participativos nos processos decisórios que afetam a suas comunidades. O autor está realmente incorporando o capital social de Putnam em suas definições de capital democrático.

[...] Para ele [para Putnam], capital social é o conjunto de características da organização social, onde se inclui as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. O capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultam no benefício para toda a comunidade (MORAES, 2003, p. 128).

Desta maneira, explicações de por que em Pasto se alcança uma continuidade maior nos processos participativos pôde ser feita por maiores graus de civismo, que seriam originados por um maior capital social existente e por uma melhor aprendizagem coletiva. No caso desta cidade, estar-se-ia perto do que chamou Putnam (1995) de uma comunidade cívica.

As mingas fazem parte das regras de jogo destas comunidades, ou seja, fazem parte das instituições da cidade de Pasto, e as instituições, diz North (1994), formam a estrutura de incentivos de uma sociedade e as instituições políticas e econômicas, conseqüentemente, são os determinantes básicos do desempenho econômico, são às regras de jogo. As mingas fazem parte da aprendizagem coletiva das comunidades de Pasto, que têm passado por esses testes do tempo, e que têm sido transmitidas no decorrer do tempo com um papel chave na cultura, em sua permanência numa matriz institucional que incentiva a reciprocidade, a solidariedade e a confiança.

Acosta e Villota (2009) afirmam que na minga se expressam, entre outros valores, a solidariedade, a amizade, a participação e o compromisso. Assim como seu sentimento de pertencimento, já que cada participante se sente membro da comunidade. Tudo isso mostra que, na realidade, as mingas são capital social, e fazem parte das regras de jogo dos cidadãos de Pasto. E esse marco institucional, que premia a reciprocidade e a solidariedade, tem permitido o fortalecimento de organizações recíprocas e solidárias.

Em Pasto, especialmente em sua área rural, evidenciam-se ferramentas para superar os dilemas da ação coletiva das que fala Putnam (1995), e que são indispensáveis no desenvolvimento das regiões. As mingas se baseiam na confiança mútua o qual é muito evidente nas falas de vários dos entrevistados em Pasto a respeito do processo participativo.

“A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” havia afirmado Putnam (1995, p. 177). E essa reciprocidade e solidariedade são muito manifestas na comunidade rural de Pasto, o que evidencia um bom estoque de capital social que tem permitido o exercício de OP a alcançar uma boa continuidade no decorrer do tempo. Especialmente porque tem permitido construir sentido de pertencimento na comunidade que reclama os exercícios participativos, ou seja, tem-se alcançado o empoderamento ou potenciação cidadã.

[...] a comunidade do município reclama que haja OP., já o tem em sua mente e já sabe esta necessidade que temos, a podemos lograr de esta ou de outra maneira, mas, definitivamente sem a podemos lograr através de OP se este é nosso desejo. [...] lhes gosta a participação, já está interiorizado no cidadão pastuso que deve de haver um *cabildo*, eles sentem falta quando não se faz [...] (OBANDO, entrevista, 2017, tradução de Fredy Alexis Rivera Angel).

Por sua vez, Durston (2000) diz que, obviamente, os grupos e comunidades que contam com um forte stock de capital social em suas várias manifestações podem cumprir melhor e mais rapidamente com as condições para alcançar o empoderamento. Uma primeira condição para



que exista um empoderamento pleno é a existência de um bom estoque de capital social, como parece ocorrer em Pasto.

A minga é uma mostra do capital social existente na cidade de Pasto, e do que tem permitido alcançar o empowerment emancipatório na comunidade. A entender-se o empowerment cidadão ou potenciação, como também é chamado, a implicação direta da população na tomada de decisões, sua articulação coletiva e o desenvolvimento de capacidades para fazer uso do poder (ALLEGRETTI et al., 2011) são questões essenciais. E, principalmente, isso é muito evidenciado nas mingas realizadas no sul da Colômbia.

O ex-prefeito Navarro (2017) manifesta sobre os exercícios de OP, denominados cabildos pelos cidadãos pastusos que estes deram um empoderamento da sociedade. De fato, Alvarado – que foi prefeito nos períodos 2001-2003 e depois novamente no período 2008-2011 – acredita que a potenciação cidadã tem sido a chave do êxito do OP da cidade de Pasto, assim como o tema da vontade política do governante, mas a ênfase para ele está no empowerment cidadão.

[...] mais que isso é o **empoderamento** que as comunidades tiveram com o processo de orçamento participativo que as fez converter-se em **defensores**, incluso em algum período que puderam sentir alguma ameaça, **reclamaram que o processo se mantivera** e se fortalecera. Seguramente ha havido momentos de maior fortaleza e outros de maior debilidade, pero, pero as comunidades lograram **apropriar-se** e sentiram que realmente estavam **tomando parte** nas decisões e estavam **tomando parte** numa distribuição do orçamento na que sempre foram convidados de pedra, [...] (ALVARADO, 2017, entrevista, negrito e tradução de Fredy Alexis Rivera Angel).

Esse reclamo cidadão, essa exigência, é o que permitiu a continuidade do processo, e no caso de Pasto, tem contado com uma ferramenta valiosa nesse sentido que é a “Mesa Local de Participación”, a qual se conformou no segundo período de Alvarado (2008-2011) conforme o explicitado por Cabrera (2017, entrevista).

A respeito, Peña (2014) diz que podem pertencer à “Mesa Local de Participación” todas e todos os cidadãos de Pasto que querem contribuir no fortalecimento dos processos participativos, sob o respeito, o compromisso e o interesse pela construção conjunta. Talvez e como é demonstrado por Rivera (2018), o principal defeito deste cenário seja a inclusão da prefeitura no processo, já que pode terminar cooptando-o, ou pelo menos o enfraquecendo em determinado momento.

A “Mesa Local de Participación” foi muito importante no período de governo de Harold Guerrero, quando este mandatário excluiu-o do plano de desenvolvimento a realização do exercício participativo em sua execução, esquecendo que meses antes ele havia assinado esse compromisso.

[...] quando Harold Guerrero apresentou ao Concelho [municipal] o plano de desenvolvimento, foi a gente da mesa (local de participação) sacaram ali e começaram a propor que tem que fazer cabildos ou seja foi já uma **pressão** digamos, [...], então a raiz dessa **pressão** da mesa incorporou no Plano de Desenvolvimento, o tema dos cabildos, [...], já depois pela pressão da gente falou: “vamos a executar anteriores e vamos a fazer um exercício de cabildos”, mas, e **foi pela pressão da gente**, [...] (CABRERA, 2017, entrevista, negrito e tradução de Fredy Alexis Rivera Angel).

Hoje em dia, para ser prefeito de Pasto é quase que obrigatória a implementação dos orçamentos participativos, e pode-se dizer que o anúncio do compromisso em fazê-los não garante a vitória, mas que o anuncio de não os fazer, com certeza garante a derrota. Essa



máxima é perfeitamente entendida pelos membros da “Mesa Local de Participación” que elaboram na época eleitoral uma ata de compromisso com todos os candidatos à prefeitura, e colocam para eles decidirem se a assinam ou não.

A ata de compromisso é um pacto comunitário que leva o compromisso expresso de cada candidato, deve incluir no plano de desenvolvimento do período de governo o fortalecimento do processo de planejamento local – orçamento participativo e a inclusão dos atores na formulação do mencionado plano (ACOSTA, VILLOTA (2009). Pasto alcançou esse nível de empowerment cidadão dentro de sua comunidade, o que permitiu a continuidade do exercício por muitas vigências, mas deve lutar para que o processo seja mais consistente e não termine sendo esvaziado.

Se bem que através da minga se tem realizado transferência de capital social, deve-se dizer que “[...] neste momento há uma decadência dos compromissos da minga, [...], incluso até as mesmas comunidades indígenas está perdendo a minga [...]” (MALTE, 2017, entrevista e tradução de Fredy Alexis Rivera Angel). Nos últimos anos, está se apresentando um enfraquecimento das mingas em Pasto, sobre o que chama a atenção Mamian (2009) ante a presença de uma luta desigual entre o modelo cidadão e o modelo rural, que traz consigo a diminuição dos estoques do capital social existente.

Também, o papel dos movimentos sociais foi, especialmente de “Los Inconformes”, fundamental no empowerment cidadão, já que estes incluíam um trabalho de “educação política” que segundo Fals Borda (1989, s.p., tradução do autor) “[...] assentaram desta maneira os fundamentos para uma cultura política cidadã diferente, uma educação para a democracia autêntica”. Para o Movimento “Los Inconformes”, a ativação de maneiras de democracia direta era transcendental, bem como a ampliação da deliberação como uma modalidade mais ampla.

Nos documentos iniciais construídos pelos “Inconformes”, chama a atenção sua mesma definição, onde permanece latente a temática da participação cidadã. Era o ano 1981, ou seja, quase oito anos antes do início do processo participativo de Porto Alegre e, já em Pasto, trabalhava-se na consolidação de exercícios de democracia direta, como no futuro aconteceu. Outra questão que chama a atenção é que a democracia participativa ainda não aparecia na Constituição Política existente nesse momento na Colômbia, e somente foi colocada até a nova carta magna promulgada em 1991.

O estudo de Velasco confirma que as sementes da democracia participativa em Nariño, foram plantadas por “Los Inconformes” antes da implementação do primeiro exercício por Antonio Navarro Wolf em 1995. Pode-se dizer que os orçamentos participativos nasceram em Pasto, na Colômbia, por iniciativa de Navarro, mas a semente da democracia direta em Nariño havia sido plantada com anterioridade pelos movimentos sociais.

Chegou um determinado momento em que “Los Inconformes” e sua luta social tiveram um nível muito amplo nas reivindicações, chegando a considerar necessária a possibilidade de montar uma organização política permanente. Nessa organização, foi importante a capacidade de mobilização unificada de ações cívicas, mas se fez necessária a presença nos processos eleitorais para incidir diretamente sobre a sociedade nariñense, como bem demonstrou Velasco (2004).

De essa maneira, se decidiu o ingresso no plano eleitoral procurando conseguir a chegada ao poder, ou seja, se pretendia fazer a transformação da que fala Hangan (1998) de movimento social para um movimento político. Em meio ao debate de se amadurecer mais o movimento,



ou colocar seus nomes nas eleições desde seu início, decidiu-se pela participação nos processos eleitorais como movimento em março de 1982. Isso permitiu anos mais tarde a “Inconformes” converter-se na terceira força política do departamento de Nariño nesse momento.

O Movimento “Los Inconformes” foi desarticulado no mês de outubro de 1990 por decisão majoritária de seus membros, no momento da desmobilização do movimento guerrilheiro M-19 (9 de março de 1990) e a imediata criação do partido político Alianza Democrática M-19 (AD-M19) ao qual se incorporou. Como se depreende de Velasco (2004 p. 118, tradução de Fredy Alexis Rivera Angel), o movimento “Los Inconformes” extinguiu-se, mas, “[...] deixou um cenário muito importante para que a luta social e política seguisse sendo parte da “cotidianidade” da população, de alguma maneira, [...] se deram os instrumentos para que as bases sociais fizessem parte muito mais ativa da própria sociedade”.

“Os governos alternativos ha tido quatro princípios básicos: não corrupção, participação comunitária em cabildos, agenda de paz e atenção primordial pelos mais pobres. [...]” (JAIME RODRÍGUEZ, entrevista apud SIMANA, 2016, p. 218, tradução de Fredy Alexis Rivera Angel) os quais foram herdados de “Inconformes” e dos outros movimentos sociais dos oitenta do século passado. Estes movimentos foram desarticulados, mas, sua filosofia continua latente via lideranças do extinto movimento que continuaram sua luta através da participação política. Precisa Delgado (2017, entrevista) que, nos níveis municipal e departamental, não se têm na Colômbia casos tão fortes onde propostas alternativas tenham estado à frente de prefeituras e governações departamentais, marginalizando aos partidos do poder por tanto tempo.

Outro movimento social de grande importância em Nariño foi o denominado Movimento Pedagógico, o qual era um movimento nacional que fez presença no local através dos educadores, especialmente do SIMANA. A formação das bases e a construção de uma nova cultura política em Nariño sempre foram prioridades de “Los Inconformes”, para o que usaram outro braço do movimento popular, desta vez de cunho educativo e pedagógico. Devido a sua ligação com o Sindicato de Maestros de Nariño (SIMANA) de onde provinha grande parcela dos membros do movimento, conseguiu-se a introdução de importantes inovações que ajudaram a construir mais capital social, como no caso da Comisión Pedagógica e da Cátedra por Nariño.

Em Nariño, a vertente do movimento nacional que insistia que a pedagogia era uma poderosa arma de transformação social se impôs através do impulso de SIMANA, que apregoava aquela filosofia de que “[...] lutando também se ensina e ensinando também se luta”. Sem dúvida, o poder transformador dos conteúdos novos ensinados pelos maestros em Nariño contribuiu na formação de uma mente crítica de grande parte da população da região. Essa autoavaliação conduz ao desenho de algumas estratégias, sendo talvez a mais importante àquela denominada a “Cátedra por Nariño”, que recolhia a necessidade de ampliar os conteúdos (assim estes não fossem os autorizados), e por suposto a formação da cidadania.

O SIMANA visualiza o poder transformador enorme dos educadores no papel da mudança da sociedade do Departamento de Nariño, mas sabem que para melhorar os resultados era necessária uma modificação da malha curricular do conteúdo a se ensinar.

A Cátedra por Nariño consistia em destinar nas instituições educativas algumas horas da área de sociais “para falar dos problemas de Nariño” (Sindicato do Magistério de Nariño/ACPES, 1983); atividade que se desenhou com o propósito de estimular no estudantado o conhecimento profundo do departamento e suas problemáticas, promovendo a vinculação às [...] “lutas que são necessárias



empreender pelas reivindicações de nosso departamento” (Sindicato del Magisterio de Nariño/ACPES, 1983) (SIMANA, 2016, p. 186, tradução de Fredy Alexis Rivera Angel).

Existia uma conexão entre os ideais dos movimentos, e desde o movimento pedagógico se formavam os lutadores que exigiam as reivindicações no movimento cívico por Nariño. No referente à Cátedra por Nariño, a qual ressalta Velasco (2004) como uma forma de construir identidade e pertencimento com na região, é assinalada pelo movimento, segundo ele, como uma questão fundamental em seu empenho por gerar espaços sociais para as reivindicações e propostas.

O trabalho deste movimento em prol da formação de uma consciência crítica em Nariño foi valiosíssima na história do Departamento, qualificando a população nas lutas sociais para superar as desigualdades. Aliado a um bom estoque de capital social já existente, isso contribui no aumento deste capital. E esse espírito rebelde, que gosta de lutar contra injustiças, conseguiu se tornar mais sólido em Nariño. Isso trouxe um empoderamento melhor da comunidade unificada em torno a exigências regionais, e que encontrou nos “Inconformes” representada sua identidade.

Pode-se afirmar que, no caso de Pasto, o capital social existente no início dos anos oitenta do século passado potencializa a existência dos movimentos sociais e que estes, a sua vez, trazerem consigo maior capital social à cidade por meio de um círculo virtuoso. Os estoques de capital social existentes nesse momento em Pasto ajudam a explicar a força e arrojo dos movimentos sociais da década de oitenta do século passado e permitem, desta maneira, alcançar maiores estoques de capital social depois de sua vivência. Afirma Putnam (1995, p. 179) que “[...] tal como sucede com o capital convencional, os que dispõem de capital social tendem a acumular mais” [...], o que fez a cidade de Pasto e que ajuda a explicar a continuidade do processo participativo.

Em Pasto, na maioria dos casos desde 1995 até a atualidade, os movimentos sociais chegaram ao poder por meio da transformação (HANGAN, 1998). Nesses termos, que a continuidade do OP em Pasto foi muito influenciado pela razão de que na maioria dos casos os movimentos sociais chegaram ao poder via transformação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou demonstrar que a existência do capital social na cidade de Pasto – materializado em práticas como a realização das mingas, e aliado à presença, em alguns momentos da história recente, de movimentos sociais bastante sólidos – é o que permitiu que os OP tivessem continuidade. Estes dois fatores levaram a se alcançar no município um empowerment cidadão verdadeiro, o qual não tem permitido a descontinuidade do processo através da exigência de sua realização em cada período de governo. Outro fator que favoreceu a iniciativa participativa em Pasto foi o uso da descentralização territorial, o que permite a participação direta da comunidade em todo o processo.

Os professores de Nariño, que entenderam que os problemas da sociedade podem se resolver via formação cidadã, baseados em sua cultura, têm conseguido fazer investimentos em intangíveis, que produziram maior capital social na região. Os educadores promoveram – especialmente ao final do século passado, dentro da população – princípios encaminhados a dar prioridade ao comunitário sobre o individual, a procurar despertar sentido de pertencimento, e o fortalecimento de identidades, assim como o fomento do arraigo ao território, suas necessidades, suas reclamações e suas potencialidades. Sobre isso,



cimentaram-se as bases de uma participação autêntica e de uma cultura política mais consistente, aberta e propositiva.

A principal falha do processo participativo de Pasto é a falta de inclusão do exercício, já que a pororoca participativa pastusa dá mostra de ser muito excludente, marginalizando e discriminando vários setores, não somente algumas minorias, como negros, índios e LGBT, mas também o faz com populações de alta representatividade, como as mulheres e os jovens. Não existe em Pasto, desde seus inícios e até hoje, o interesse de se estender a mão a estas populações para que tenham garantida sua presença nos exercícios participativos.

A cidade de Pasto precisa aprender do processo brasileiro que se devem gerar novos espaços participativos, que permitam uma mais consistente participação de mulheres, jovens, idosos, indígenas, negros, população LGBT, habitantes em situação de rua e demais grupos atualmente marginalizados. Isso permitirá, no futuro, revigorar o processo e recircular maior capital social, ganhar maior empoderamento comunitário e, portanto, uma solidez maior na democracia participativa. Precisa-se, no governo atual (2016-2019), fazer correções para eliminar entraves possíveis relacionados à interferência da prefeitura e a captura de líderes chaves e, definitivamente, colocar maiores quantidades de recursos para os investimentos.

Somente assim, pode-se acreditar que a participação não vai terminar sendo usada como uma estratégia legitimadora para favorecer um processo mais digno da democracia representativa do que da democracia participativa. Em Pasto, existe a necessidade de se realizar investimentos para a construção intencional de capital social. É através dessa mineração e arqueologia do capital social que se pode reverter o processo de enfraquecimento das mingas, e inclusive alcançar estoques bem maiores aos historicamente conseguidos na cidade de Pasto.

O fato de que um processo logre sua continuidade permite, mesmo sem ser de todo consistente e aberto à participação comunitária, trabalhar em modificações e ajustes, para que verdadeiramente, seja alcançada uma participação autêntica e, desta maneira, consiga-se alcançar mudanças sociais positivas, com autonomia da sociedade; o que pode servir de inspiração e balizamento de muitos processos contra hegemônicos na América Latina.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Y. C. R.; VILLOTA, L. J. P. La Minga: herramienta de trabajo comunitario para la Gerencia Social desde el sur de Colombia. 2009. Trabajo de Grado (Especialización en Gerencia Social) – Universidad de Nariño, Centro de Estudio e Investigaciones Latinoamericanas CEILAT, Pasto, 2009.

ALLEGRETTI, G.; LEIVA, P. G.; YAÑEZ, P. P. Viajando por los presupuestos participativos: buenas prácticas, obstáculos y aprendizajes. Málaga: CEDMA, 2011. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/40997/1/Viajando%20por%20los%20presupuestos%20participativos_buenas%20pr%C3%A1cticas%2C%20obst%C3%A1culos%20y%20aprendizajes.pdf>. Acesso em: 25 Jan. 2017.

ALVARADO, E. J. [jun. 2017]. Entrevistadores: L. T. L. Simonian y F. A. R. Angel. Pasto, 2017. Entrevista concedida.

ANDRADE, H. W. M. La democracia participativa y su impacto en la gobernabilidad democrática: los casos de Pasto y Samaniego en Nariño, Colombia. In: XVII Congreso



Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. 2012. Cartagena, Colombia. Anais... Cartagena. Disponível em: <<http://instituto-surisais.blogspot.com.br/2012/09/xvii-congresso-clad.html>>. Acesso em: 25 Jan. 2017.

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.561-597. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizademocracia.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.39-82. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizademocracia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

AVRITZER, L. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: _____. A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-60. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=hWe1ZD0AAAJ&citation_for_view=hWe1ZD0AAAAAJ:9yKSN-GCB0IC>. Acesso em: 10 jun. 2016.

AZEVEDO JUNIOR, J. C. et al. A cultura cívica nos distritos administrativos de Belém-PA. Papers do NAEA. Belém, n.359, 2016. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/438>>. Acesso em: 27 Nov. 2017.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 21, p.83-108, Nov. 2003. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200007>.

_____. Democracia, participação e capital social no Brasil hoje. In: FLEURY, S.; COSTA LOBATO, L. V. (Org.). Participação, Democracia e Saúde. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. p.129-150. Disponível em: http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2013/10/livro_particioacao.pdf. Acesso em: 10 jun. 2016.

BARROS, J. S. Participação popular em Belém: A experiência do Congresso da Cidade e do Orçamento Participativo e a sociabilidade política brasileira. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-12062013-094527/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BELÉM. In: World Atlas. Disponível em: <<http://www.worldatlas.com/sa/co/nar/where-is-belem.htm>>. Acesso: 2017.

BOBBIO, N. La crisis de la democracia y la lección de los clásicos. Editorial Ariel. Barcelona, 1985. Disponível em: <www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/la-crisis-de-la-democracia-y-la-leccion-de-los-clasicos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BODNAR, Z.; FREITAS, V. P. de; SILVA, K. C. A epistemologia interdisciplinar da sustentabilidade: por uma ecologia integral para a sustentação da casa comum / The interdisciplinary epistemology of sustainability: for an integral ecology for the support of the



common house. Revista Brasileira de Direito, [S.l.], v. 12, n. 2, p.59-70, dez. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1558>>. Acesso em: 22 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n2p59-70>.

BOHMAN, J. La madurez de la democracia deliberativa. Revista Co-herencia, Medellín, v.13, n.24, p.105-143, 2016. Disponível em: <<http://publicaciones.eafit.edu.co/index.php/coherencia/article/view/3580>>. Acesso em: 10 sep. 2016.

CABRERA, A. J. [jun. 2017]. Entrevistadores: L. T. L. Simonian y F. A. R. Angel. Pasto, 2017. Entrevista concedida.

DELGADO, S. R. [mai. 2017]. Entrevistadores: L. T. L. Simonian y F. A. R. Angel. Bogotá, 2017. Entrevista concedida.

DURSTON (2000). ¿Qué es el capital social comunitario? Santiago: CEPAL, 2000. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5969/S0007574_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 ago. 2016.

ERAZO, A. E. Construcción de alternativas incluyentes en el suroccidente de Colombia. Pasto. Revista Enfoques, v.12, n.20, p.101-114, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4780713.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2017.

ERAZO, O. P. Plan y presupuesto participativos de Pasto: sistematización de una vivencia. Documento de consultoría. Pasto. 2002. Disponível em: <<http://siare.clad.org/fulltext/1984005.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2017.

FALS BORDA, O. Movimientos sociales y poder político. Análisis político, Bogotá, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional, n.8, p.49-58, 1989. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/colombia/assets/own/analisis08.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa vs pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p.201-210, mai-ago. 2006.

GUTIÉRREZ, R., J. Los indios de Pasto contra la República (1809-1824). Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2007, 276 p. Disponível em: <https://es.scribd.com/document/154591450/Jairo-Gutierrez-Los-indios-de-Pasto-contr-la-Republica-1809-1824-pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II. Tradução: Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Disponível em: <<https://marcofabionuva.files.wordpress.com/2011/08/direito-e-democracia-entre-facticidade-e-validade-ii.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

HERNÁNDEZ, J. G. Cambio y desarrollo económico y político como resultado del capital democrático. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 9, n. 2, p.135-157, dez. 2006.

MALTE, S. F. [jun. 2017]. Entrevistadores: L. T. L. Simonian y F. A. R. Angel. Pasto, 2017. Entrevista concedida.



MAMIAN, D. Informe de investigación proyecto: Tejiendo pensamiento y vida desde el entorno cultural de Jenoy. In: ENRIQUEZ, J., et al. Tejiendo pensamiento y vida desde el entorno cultural de la comunidad de Jenoy. Pasto, 2011. Disponível em: <http://iadap.udenar.edu.co/wp-content/uploads/2013/06/TEJIENDO..JENOY_.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

MORAES, J. Capital Social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, S. (Org.). Capital Social e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 123-148.

NAVARRO, A. J. [mai. 2017]. Entrevistadores: L. T. L. Simonian y F. A. R. Angel. Bogotá, 2017. Entrevista concedida.

NORTH, D. Economic performance through time. American Economic Review, vol.84, n.3, jun 1994.

OBANDO, P. V. [jun. 2017]. Entrevistadores: L. T. L. Simonian y F. A. R. Angel. Pasto, 2017. Entrevista concedida.

PEÑA, M. F. La mesa local de participación un espacio de articulación y legitimación de los procesos participativos en el municipio de Pasto. 2014. Trabajo de Grado (Especialización en Gerencia Social) - Universidad de Nariño, Centro de Estudios e Investigaciones Latinamericanas CEILAT, Pasto, 2014.

PUTNAM, R. Comunidade e Democracia. São Paulo: FGV, 1995.

RAYNAUT, C. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. Interthesis, v.11, n.01, p.1-22, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p1/26883>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

RIVERA A. F. A. A pororoca da participação autêntica: estudo de caso dos orçamentos participativos de Belém e Pasto. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Para, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018. Disponível em: <<http://www.ppgdstu.proresp.ufpa.br/ARQUIVOS/FREDY%20ALEXIS%20RIVERA%20ANGEL.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

RIVERO, G. G. Análisis del discurso del grupo guerrillero movimiento 19 de abril (M-19) a la luz de la teoría sobre el discurso de Teun Van Dijk. (1974-1990). 2016. Monografía (Pregrado como Politólogo) - Universidad Colegio Mayor De Nuestra Señora Del Rosario, Facultad De Ciencia Política y Gobierno, Bogotá D.C., 2016. Disponível em <http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/12480/1026272581-2016.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SANTOS, B. S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizademocracia.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 78, p. 3-46, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004>. Acesso em: 17 jun. 2016.



SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SIMANA. SIMANA por la construcción de este poema: un País que sueña. Memorias de lucha sindical e hitos de resistencia por la verdad, la justicia y la dignidad del magisterio. 1951-2016. Pasto: Editorial SIMANA, 2016. Disponível em: http://www.simana.org.co/images/PDFS/texto_Simana_historia_13.docx.-3.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

SIMONIAN, L. T. L. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 5-19, maio ago. 2005.

VELASCO, M. Rebelión desde la región. Movimiento Popular "los Inconformes". Pasto: Gobernación de Nariño: EDINAR, 2004.

VENTURA, M. F. S. Movimientos sociales y partidos políticos en América Latina: una relación cambiante y compleja. México. Revista política y cultura, primavera, 2007, n. 27, p. 31-53, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26702703>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

YIN, R. Estudo de caso: Planejamento e métodos. 2. Ed. 2001. Porto Alegre, Bookman. Disponível em: <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.